

2º CONGRESSO



SEMEANDO NOVOS RUMOS

AGIR NO PRESENTE PLANEANDO O FUTURO

CASTELO DE VIDE 30 de Junho e 1 de Julho DE 2018

Tema da Comunicação

“Recursos Hídricos, Infraestruturas e Gestão da Água no Alentejo”

Autor: José Figueira

Estrutura da Comunicação

- Enquadramento;
- Caracterização das Bacias Hidrográficas da Região Alentejo;
- A Água e a rede de infraestruturas de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (SAR);
- A “descentralização”, a gestão pública da Água e as competências dos Municípios;
- O caso do SPPIAA/Águas Públicas do Alentejo e as Regiões Administrativas;
- Considerações Finais.

Enquadramento

- As “**variações climáticas**” com o **aumento médio das temperaturas**, a **ausência de pluviosidade** regular, que reponha as **massas de água** e consequentemente tenha **efeitos positivos nos recursos hídricos...**;
- As “**Bacias Hidrográficas do Alentejo**”, RH5 – Tejo e Ribeiras do Oeste; RH6 – Sado e Mira, RH7 – Guadiana;
- As **infraestruturas de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (SAR)**, existentes na **Região- sistemas em “Baixa”**, e no que respeita ao **AA**: 5.833,2 Km de condutas, 505 captações subterrâneas, e uma atividade anual, de 28.235.165 m³ servindo 269.169 alojamentos;
- O **domínio público da gestão da Água** – as **competências dos Municípios** – **CRP e Legislação** – a **descentralização versus recentralização da Água**;
- O caso do SPPIAA-Águas Públicas do Alentejo - , o **compromisso da criação da “região administrativa”...capaz de reforçar a identidade e coesão do Alentejo.**

Caracterização das Bacias Hidrográficas

- Os 47 concelhos da região do Alentejo estão integrados em 3 regiões hidrográficas: Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5); Sado e Mira (RH6) e Guadiana (RH7).
- As 3 RH acolhem no total 973 MA, das quais 37 são MA subterrâneas.
- O consumo médio anual nas 3 regiões é de 9201 hm³ atividade agrícola consome 11% e o setor urbano 5%.
- As principais pressões seja, num “cenário minimalista” (face às tendências atuais), “cenário maximalista”(prevê maior dinamização e crescimento dos setores), e em “cenário BAU” (que prevê a concretização das políticas setoriais, considerando caso a caso a adaptação às tendências atuais de evolução dos setores analisados), são:
 - RH5 (Tejo, ribeiras do Oeste) - **Turismo/Hotelaria/Golfe**, na Aquicultura e Navegação;
 - RH6(Sado-Mira) -**Turismo/Hotelaria**, Energia/Termoelétrica e na Navegação;
 - RH7(Guadiana) - **Agricultura de regadio**, o Turismo/Hotelaria, Energia/Hidroelétrico e Navegação

A ÁGUA E A REDE DE INFRAESTRUTURAS DE AA-SAR (1)

“...as infraestruturas de serviços de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais (serviços de águas), atenta à expressão das externalidades, integram o conjunto de infraestruturas estratégicas para a sociedade. (NARCISO, 2017)

A ÁGUA E A REDE DE INFRAESTRUTURAS DE AA-SAR (2)

Redes de Abastecimento de Água nos sistemas em “Baixa” sob a responsabilidade dos Municípios
(ERSAR, 2016)

Municípios e outros	Comp. Total Condutas/km	Volume de Ativ. M3/ano	N.º de Alojamentos servidos	Captações Subterrâneas	Obs.
Aguas de St. André	103,9	971.590	4.788	---	Santo André, Parte de Sines e Santiago de Cacem
47 Municípios Alentejo*	5.729,3	27.263.575	264.341	505	Integra serviços, empresas municipais e concessões a empresas privadas
TOTAL*	5.833,2	28.235.165	269.169	505	*Há municípios que têm os sistemas em “Alta” e “Baixa”

A ÁGUA E A REDE DE INFRAESTRUTURAS DE AA-SAR (3)

Redes de Abastecimento de Água em “Alta” – de Sistemas Multimunicipais e de Parceria Pública de titularidade municipal

Região Alentejo
(ERSAR 2016)

Sistema	N.º Municípios	População	Captações de Água	N.º de ETAS	N.º de EE-AA	N.º Reservatórios	Condutas Kms	Obs.
AgdA	20	199.201	360	65	74	277	1036	Dados de 2017
AgNA*	15	113.766	N/A	18	15	8	573	Dados de 2014
AgCA*	7	91.063	22	6	10	27	302	Dados de 2014
Aguas St. André	1	28.650	7	4	5	3	27	Dados de 2017 (parte de santiago de caceem e Sines)
Total	43**	432.680	389	93	104	315	1938	

*a partir de 2015 passaram a integrar as Aguas de Lisboa e Vale do Tejo (ALVT) e após 2016 as Aguas do Vale do Tejo (AvTejo).

**há 2 Municípios no Norte Alentejano. Concessão Aqualia, SA e 2 do Centro Alentejo que gerem a “Alta” e a “Baixa”

A “descentralização” - a gestão pública da Água e as competências dos Municípios (1)

- A **Proposta de Lei n.º 62/XIII** identifica os domínios relativamente aos quais serão descentralizadas competências para os municípios, para as entidades intermunicipais e para as freguesias!
- **São 23 as áreas abrangidas por este processo** (EDUCAÇÃO, SAÚDE, ACÇÃO SOCIAL, SEGURANÇA SOCIAL, CULTURA, PATRIMÓNIO, PROTECÇÃO CIVIL, TURISMO, etc.etc)
- Constituição da República Portuguesa - CRP (...), no n.º 1 do seu art.º 6.º refere, que “...o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autónómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública...”.
- E aprovada a Lei 46/77 que estabelece o quadro legal de delimitação dos setores, e onde se refere, no seu art.º 4.º, que “...é vedado a empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza o acesso...à captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, através de redes fixas...e de saneamento básico...”;
- Inícios da **década dos anos 80**, após a primeira lei das finanças locais (Lei 1/79, de 1 de janeiro), veio a ser publicado o Decreto – Lei 77/84, de 8 de março, ...no seu art.º 8.º que são competências municipais de entre outras, investimentos nas áreas do saneamento básico, a saber: Sistemas municipais de abastecimento de água; Sistemas de esgotos; Sistemas de lixo e limpeza pública;
- **1993 - A abertura ao sector privado** da gestão do AA,SAR e RSU são introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 372/93, de 29 de outubro, e 379/93, de 5 de novembro;

A “descentralização” - a gestão pública da Água e as competências dos Municípios (2)

- Fervor legislativo, para favorecer a entrada do capital privado no setor,
- Assistindo-se a um conjunto de iniciativas, sem precedentes, no sentido de serem retiradas as competências aos Municípios, utilizando-se diversos instrumentos legislativos, económicos e regulatórios.
- A imposição da agregação dos sistemas em “Baixa”, visando a retirada de competências próprias e constitucionais às autarquias locais, em particular aos Municípios, em matéria de gestão pública da água. Uso dos Fundos Comunitarios – discriminação negativa!

**• O PARADOXO – “DESCENTRALIZAÇÃO”
versus RECENTRALIZAÇÃO DO SETOR DAS
AGUAS!**

O caso do SPPIAA/Águas Públicas do Alentejo e as Regiões Administrativas (1)

A defesa da água pública sob o domínio e gestão dos Municípios, ...depois de um atribulado processo de tentativa de imposição de sistemas multimunicipais.

2009 – desenvolver uma parceria pública de capitais exclusivamente públicos, entre o Estado e 21 Municípios do Alentejo (4 do Alentejo Central; 4 do Alentejo Litoral e 13 do Baixo Alentejo).

Princípios que salvaguardam a gestão pública da água e as competências dos Municípios:

- Encontrar um parceiro tecnológico e financeiro;
- A manutenção da competência na esfera dos municípios;
- O carácter integralmente público da entidade a constituir, salvaguardando o interesse público da provisão deste serviço;
- Garantir a conceção e execução dos investimentos a promover;
- A preparação e a defesa da candidatura para financiamento do sistema por fundos comunitários;
- A manutenção da propriedade dos municípios sobre os investimentos;
- A garantia da sustentabilidade do sistema a preços socialmente justos;
- Uma dinâmica societária que salvaguardasse para os municípios a transferência das participações a valor patrimonial deduzida dos fundos comunitários.

O caso do SPPIAA/Águas Públicas do Alentejo e as Regiões Administrativas (2)

- **9 anos** passados desde a constituição da empresa das Águas Públicas do Alentejo, **os Municípios, através da...AMGAP, detém 49% do capital social da empresa, estão nos órgãos executivos e deliberativos da empresa e na Comissão de Parceria do SPPIAA.**
- Os Municípios e as suas populações **viram assegurados o AA em “Alta” com uma cobertura de 100%, com um indicador da qualidade da água de 99,36%, e no SAR com 82% de conformidade da água residual e investimentos que ascenderão no final de 2020 a cerca de 170M€.**
- **O contributo dado para o desenvolvimento de um território que acolhe cerca de 200 mil habitantes, e em face das situações de “seca” e em “cenários de alterações climáticas” que têm assolado a nossa Região nos últimos anos, as Águas Públicas do Alentejo (AgdA) firmaram um protocolo com a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva), para aumento de garantia nas “origens” particular relevância para o SPPIA Alentejo em que ficou acordado:**
- AgdA – Estudar a viabilidade de **ligação direta entre o EFMA e a ETA do Sistema do Roxo;**
- AgdA e EDIA – Estudar a viabilidade de **ligação direta do EFMA ao Sistema de Divor, tendo em vista o reforço do abastecimento de água ao município de Arraiolos;**
- EDIA – Desenvolver todas as diligências para assegurar as condições técnicas para a **ligação entre o EFMA e a ETA do Sistema de Monte da Rocha,** assegurando a sua operacionalidade até antes do período de estiagem de 2022.

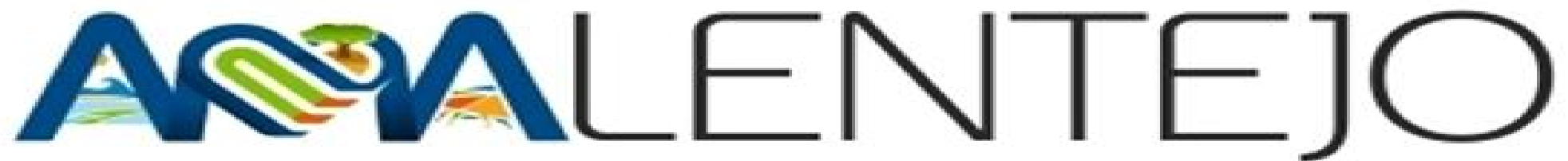
PROTOCOLO AgdA - EDIA

“...melhoria da eficiência hídrica dos sistemas sob a sua gestão; a melhoria da resposta em termos de situações de contingência, já com efeitos para o período de estiagem de 2018; e a melhoria do conhecimento da evolução da qualidade da água nas massas de água, em particular nas que servem de origem para Abastecimento Público. (AgdA, 2018).



Considerações Finais

- A defesa da gestão pública da Água.
- O exemplo da constituição da Parceria Pública Integrada das Aguas do Alentejo (a par de outros projectos existentes na região)
- Defendemos , ...o compromisso institucional e político de criação da “região administrativa” no cumprimento da CRP, capaz de reforçar a identidade e coesão do Alentejo.
- Um verdadeiro processo de desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural que contribua para rotura com marasmo em que a Região se encontra, de acelerado processo de desertificação e envelhecimento.
- Um “Poder Local Regional” forte.
- A constituição da “Comunidade Regional do Alentejo”.



MUITO OBRIGADO